



# *Câmara Municipal de Mogi das Cruzes*

*Estado de São Paulo*

## **COMISSÃO DE JULGAMENTO CADASTRAL/2023**

Instituída através do Ato da Presidência n.º 014, de 17 de fevereiro de 2023

Relação Básica de Documentos para efetivação de Registro Cadastro, nos termos da Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações, e do Ato da Presidência n.º 119/07.

### ✓ **REQUERIMENTO**

Ofício, preferencialmente em duas vias, nos moldes do **ANEXO II** ao **Ato da Presidência n.º 119/07**.

### ✓ **HABILITAÇÃO JURÍDICA**

- I. Cédula de Identidade.
- II. Registro Comercial, no caso de **EMPRESA INDIVIDUAL**.
- III. Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social, em vigor, devidamente registrados, em se tratando de **SOCIEDADE COMERCIAL**, e no caso de **SOCIEDADE POR AÇÕES**, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.
- IV. Inscrição do ato constitutivo, no caso de **SOCIEDADE CIVIL**, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

### ✓ **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

- I. Prova de registro na entidade profissional competente (CREA, CRQ, CRA, CRF, etc.), se houver.
- II. Atestado(s) de Capacidade Técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, constando dados característicos do fornecimento, obra ou serviço, compatíveis com o objeto social da empresa.

### ✓ **HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

- I. Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis, relativos ao último exercício social, devidamente extraídos do Livro Diário, registrado no órgão competente, em formato digital ou não, com seus respectivos Termos de Abertura e Encerramento e, se aplicável, Termo de Autenticação.
- II. Certidão Negativa de Falência e Concordata, expedida pelo Poder Judiciário.

### ✓ **REGULARIDADE FISCAL e TRABALHISTA**

- I. Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (**CPF**) ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (**CNPJ**).
- II. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte Estadual (**DECA**).
- III. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte Municipal (**CCM**).
- IV. Prova de Regularidade perante a **Fazenda Federal (CND ou equivalente)**.
- V. Prova de Regularidade perante a **Fazenda Estadual (CND ou equivalente)**.
- VI. Prova de Regularidade perante a **Fazenda Municipal (CND ou equivalente)**.
- VII. Prova de Regularidade perante a **Seguridade Social – INSS (CND ou equivalente)**.
- VIII. Certificado de Regularidade (**CRF**) perante o **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS**, expedido pela Caixa Econômica Federal.
- IX. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (**CNDT**).

### ✓ **DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA CONSTITUÇÃO FEDERAL (Modelo “A” ou “B”)**

**Obs.:** Todas as **cópias reprográficas** deverão estar **legíveis, sem rasuras e autenticadas**, sendo que **não serão aceitos** documentos enviados por Correio; Solicitamos que os documentos **não sejam encadernados** (espiral, garras, etc.); O requerimento, acompanhado dos documentos necessários, deverá ser protocolado na Secretaria Geral Administrativa da Edilidade, de segunda à sexta-feira das 08h00 às 17h00. As informações aqui dispostas não substituem as normas estabelecidas na legislação pertinente.

**ANEXO II AO ATO DA PRESIDÊNCIA N.º 119/07**  
**MODELO DE PEDIDO DE INSCRIÇÃO (ART. 2º)**

**À**  
**COMISSÃO DE JULGAMENTO CADASTRAL**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES**  
**Av. Vereador Narciso Yague Guimarães, 381**  
**Mogi das Cruzes/SP.**

.....(empresa)....., com sede na  
.....(endereço completo).....  
.....(Município).....(estado).....,  
vem pelo presente, solicitar a inscrição no Registro Cadastral de Licitantes dessa  
Câmara Municipal, na Categoria (s)....., Grupo (s)..... . Para  
tanto, apresenta anexa a documentação exigida, a seguir relacionada e referente a:

1. Habilitação Jurídica;
2. Qualificação Técnica;
3. Qualificação Econômico/Financeira;
4. Regularidade Fiscal.

Outrossim, declara que:

- a) se responsabiliza inteiramente pela veracidade dos documentos apresentados e das informações prestadas;
- b) se compromete a fornecer documentação e informações adicionais que eventualmente lhe forem exigidas;
- c) autoriza a Comissão proceder as diligências que julgar necessárias, junto a suas instalações ou junto a terceiros com quem mantenha relações.

.....(Local e Data)..... .

\_\_\_\_\_  
(representante legal devidamente qualificado)

Nome:

RG:

CPF:

**MODELO "A": EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA**

**DECLARAÇÃO**

....., inscrito no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº....., **DECLARA**, para fins do disposto no [inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993](#), acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).

.....  
(data)

.....  
(representante legal)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

---

**MODELO "B": EMPREGADOR PESSOA FÍSICA**

**DECLARAÇÃO**

....., portador(a) da Carteira de Identidade nº.....e do CPF nº....., **DECLARA**, para fins do disposto no [inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993](#), acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).

.....  
(data)

.....  
(nome)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)